



Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

JULHO/2023

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

Sumário

APRESENTAÇÃO

PRINCIPAIS AÇÕES

DESAFIOS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



I - APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a Corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva de casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao Tribunal.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NBC TSP 11 e NBC T 16.11, é informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção ‘Resultados da Gestão’ inserida no Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

II - PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade, executando, entre outras atividades:

1. A análise das folhas de pagamento de pessoal, tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% (setenta por cento) dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária;
2. O acompanhamento mensal da gestão patrimonial, por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. A conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis;
4. A verificação da execução dos pagamentos de passivos de precatórios e aquisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
5. O acompanhamento dos restos a pagar.

III – DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização de todos os fatos e os atos orçamentários, financeiros e patrimoniais, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, auditoria interna, áreas de gestão orçamentária e financeira),

por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria.

IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras do Tribunal, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

O Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2021, 9ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários. As políticas e os critérios contábeis estão segregados em cada balanço para melhor compreensão do usuário, conforme item 8, parte V, MCASP 9º – Notas Explicativas às DCASP c/c NBC TSP 11, itens 127 a 148.

As Demonstrações Contábeis da UG – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça – a seguir transcritas contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social até **31 de julho de 2023**.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução em 2023, se comparado com dezembro de 2022. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira do Tribunal.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real. Os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original. Suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculadas por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF 75/2012, mas são registrados no SIAFI da UG 050001. Esses créditos, após cinco anos, são baixados em conta de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fornecidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais é realizado pelo Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, entre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

DEPRECIAÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsoletismo e a utilidade desse bem à instituição. Na Instrução Normativa STJ/GP 20, de 22 de novembro de 2019, constam as metodologias de cálculos da depreciação e da avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis (<https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/>).

DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes, que consiste no abatimento mensal de um valor fixo previamente calculado.

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado, mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014).

A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional c/c o Acórdão TCU 1.331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF 001/2019.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Provisões para as despesas cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas os procedimentos da liquidação da despesa ainda não tenham sido concluídos a serem sensibilizadas no pagamento de Restos a Pagar não Processados (RPNP).

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas (NE).

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados no saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente), formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior, mas ainda não liquidados no exercício corrente.

ATIVO					
GRUPO	Nota Explicativa	31/07/2023	31/12/2022	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		1.003.142.220,59	495.904.415,38	102,29%	66,53%
Caixa e Equivalente de Caixa	01 (p. 11)	996.311.965,55	477.541.062,82	108,634%	66,076%
Créditos de Curto Prazo	02 (p. 11)	2.615.197,04	14.612.778,24	-82,103%	0,173%
Estoques	03 (p. 13)	4.170.106,86	3.717.850,64	12,164%	0,277%
VPDs Pagas Antecipadamente.		44.951,14	32.723,68	37,366%	0,003%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		504.683.154,65	514.902.733,71	-1,98%	33,47%
Ativo Realizável a Longo Prazo		7.685.748,53	7.685.257,74	0,006%	0,510%
Demais Créditos e Valores a LP	02 (p. 11)	8.194.130,92	8.334.966,37	-1,690%	0,543%
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02 (p. 11)	-508.382,39	-649.708,63	-21,752%	-0,034%
Imobilizado	04 (p. 13)	462.550.201,99	474.114.263,90	-2,439%	30,677%
Bens Móveis		63.920.670,06	55.823.099,25	14,506%	4,239%
Bens Móveis		107.587.732,07	93.547.486,41	15,009%	7,135%
(-) Depreciação		-43.667.062,01	-37.724.387,16	15,753%	-2,896%
Bens Imóveis		398.629.531,93	418.291.164,65	-4,700%	26,437%
Bens Imóveis	11 (p. 20)	398.747.199,93	418.376.624,23	-4,692%	26,445%
(-) Depreciação		-117.668,00	-85.459,58	37,688%	-0,008%
Intangível	05 (p. 14)	34.447.204,13	33.103.212,07	4,060%	2,285%
(-) Amortização		-1.147.886,46	-837.384,27	37,080%	-0,076%
TOTAL		1.507.825.375,24	1.010.807.149,09	49,17%	100,00%

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
GRUPO	Nota Explicativa	31/07/2023	31/12/2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		156.031.613,97	164.938.455,26	-5,40%	10,35%
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06 (p. 14)	39.053.886,64	39.544.031,69	-1,239%	2,590%
Fornec. e Contas a Pagar – CP		4.186.878,62	2.506.466,49	67,043%	0,278%
Provisões a Curto Prazo	06 (p. 14)	11.770.951,48	33.283.391,85	-64,634%	0,781%
Demais Obrigações a CP		101.019.897,23	89.604.565,23	12,740%	6,700%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.542,35	33.542,35	0,00%	0,00%
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-	0,000%	0,000%
Provisões a Longo Prazo	07 (p. 15)	33.542,35	33.542,35	0,000%	0,002%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.351.760.218,92	845.835.151,48	59,81%	89,65%
Demais Reservas		17.540,58	17.540,58	0,000%	0,001%
Resultado Acumulados		1.351.742.678,34	845.817.610,90	59,815%	89,648%
Resultado do Exercício		520.942.054,86	202.900.173,31	156,748%	34,549%
Result. de Exerc. Anteriores		845.817.610,90	643.108.158,57	31,520%	56,095%
Ajustes de Exerc. Anteriores	08 (p. 15)	-15.016.987,42	-190.720,98	7773,799%	-0,996%
TOTAL		1.507.825.375,24	1.010.807.149,09	49,17%	100,00%

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	JUL23 (R\$)	DEZ22 (R\$)
1. SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		1.507.825.375,24	1.010.807.149,09
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		771.231.020,91	212.233.760,01
TOTAL	08 (p. 15)	736.594.354,33	798.573.389,08
2. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		25.203.258,22	24.553.992,28
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
TOTAL	09 (p. 15)	25.203.258,22	24.553.992,28
3. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Execução dos Atos Potenciais		402.947.424,49	322.538.394,30
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.818.342,76	2.970.830,61
Obrigações Contratuais em Execução		401.129.081,73	319.567.563,69
TOTAL	10 (p. 16)	402.947.424,49	322.538.394,30
4. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERÁVIT/DÉFICIT
Recursos Ordinários			368.189.461,59
Recursos Vinculados			-92.757.117,15
TOTAL	08 (p. 15)		275.432.344,44

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas ‘Demais Contas – Caixa Econômica Federal (CEF)’ e ‘Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento’.

A primeira rubrica registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

Já a segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminados por fontes no ‘Anexo I’. As fontes 1000, 1027, 1056 e 1444 equivalem a cerca de 99,125% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais do Tribunal, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

Constam da tabela a seguir os saldos dos referidos créditos, estando os TEDs detalhados no ‘Anexo VI’.

CONTAS	31/07/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
CURTO PRAZO			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	270.564,99	12.014.939,13	-97,75%
Créd. A Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pgto	69.856,89	44.295,25	57,71%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude	0,00	0,00	0,0%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	30.993,11	126.212,73	-75,44%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	2.218.015,66	2.427.331,13	-8,62%
LONGO PRAZO			
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.- Folha de Pgto	533.054,49	656.055,24	-18,75%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude – LP	7.552.743,20	7.552.743,20	0,00%
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.- Terceiros	95.460,23	113.294,93	-15,74%
Ajuste p/ Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	508.382,39	649.708,63	-21,75%
TOTAL	11.279.070,96	23.584.580,24	-52,18%

“Adiantamentos Concedidos a Pessoal – Curto Prazo” – A redução observada decorre basicamente da baixa, no decorrer do exercício corrente, de R\$ 5.845.044,68 de adiantamento de 13º salário e de R\$ 4.640.366,22 de adiantamento de férias após confronto com as contas de passivo respectivas, em atendimento ao item 4.2.2.4 da Macrofunção STN 021142 (Folha de Pagamento).

“Créditos a Receber por Cessão de Pessoal – Curto Prazo” – A redução observada decorre de ressarcimentos de salários e encargos sociais recebidos no decorrer deste exercício, destacando-se o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que tinha R\$ 117.992,06 a ressarcir no final do exercício passado e agora tem R\$ 18.399,82.

“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo” – Registra os créditos a receber decorrentes de acertos em folha de pagamento, ressaltando que os mesmos permanecem registrados como ‘Curto Prazo’ até o decurso de 12 meses. Após esse período, são transferidos para ‘Longo Prazo’. Destaca-se que a diferença observada neste item decorre da baixa de uma série desses créditos a receber em virtude de sua inscrição em Dívida Ativa no âmbito da União, ensejando também uma redução significativa no item Ajuste para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos.

“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Longo Prazo” – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros, os saldos são devidos por um período superior a 12 meses.

“Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude – Longo Prazo” – Devido pelo CPF 83x.xxx.x77-20, pelo recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/5/2016, de aposentadoria de servidora aposentada, falecida em 13/10/1999.

“Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos” – Saldo atualizado ao final do mês de julho de R\$ 508.382,39 constituído em atendimento à Macrofunção 020342 para fazer frente a perdas pelo não recebimento de créditos por danos ao patrimônio. No período de 2019 a 2021, não houve recebimento de nenhum crédito administrativo. No mesmo período, houve baixa de créditos pelo não recebimento nos percentuais de 0,13%, 1,59% e 1,56%. A memória de cálculo está discriminada a seguir:

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)			
	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2022 (R\$)
Cred Adm Danos ao Patrimônio (A)	775.461,25	796.203,65	950.234,47
Baixas Diversas* (B)	12.327,43	12.389,27	134.014,49
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	1,59%	1,56%	14,10%
Créd. Adm – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	763.133,82	783.814,38	816.219,98
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	-	2.574,56
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,00%	0,315%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) discrimina as categorias de bens de consumo no almoxarifado do STJ, conforme anexo II, destacando-se os seguintes pontos:

- Saldo Atual: R\$ 4.170.106,86;
- Entradas: R\$ 4.797.739,15;
- Saídas (baixa por consumo): R\$ 4.345.482,93;
- Variação positiva de 12,16% entre o saldo final de 2022 e o acumulado do presente exercício se justifica, entre outros fatores, principalmente pelas seguintes variações de alto valor monetário:
460,37% - Material de Processamento de Dados; e
103,62% - Material de Limpeza e Produtos de Higienização.

NOTA 04 – IMOBILIZADO.

O saldo atual do grupo imobilizado é de R\$ 462.550.201,99, sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

BENS MÓVEIS

O Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) está detalhado no Anexo III, o qual discrimina os itens patrimoniais por categoria. Das informações apresentadas, destacamos:

- Saldo atual: R\$ 104.085.855,23;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R\$ 14.414.054,59;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R\$ 432.017,43.

Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no RMB com a respectiva conta no SIAFI (R\$ 107.587.732,07), verifica-se a diferença de R\$ 3.501.876,84, justificada pelo fato de que as aquisições de Material de Uso Duradouro constam do grupo de Bens Móveis no SIAFI, mas, no Administra, são controladas no RMA e não no RMB e também pelo recebimento em doação de cinco veículos de tração mecânica oriundos do CJF, no valor total de R\$ 83.475,00, que constam do SIAFI mas ainda não tiveram sua entrada registrada no Administra.

O Anexo III apresenta uma variação positiva no valor de R\$ 13.898.562,16 entre o saldo de julho deste exercício e saldo de encerramento de 2022. Essa variação se deu, entre outros fatores, principalmente pela aquisição de Equipamentos de Áudio e Vídeo (R\$ 265.540,00), Material de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (R\$ 5.516.497,00), Computadores (R\$ 792.000,00), Obras de Arte (R\$ 6.835.328,00), Equipamentos de Telefonia (R\$ 553.047,00) e Veículos de Tração Mecânica (R\$ 352.113,00).

BENS IMÓVEIS

Os 'Bens Imóveis de Uso Especial' estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência do Tribunal, estando todos localizados em Brasília.

O saldo atual dos referidos bens, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 117.668,00, consta do sistema SIAFI no valor de R\$ 398.629.531,93, tendo sido esse montante atualizado em 30/01/2023 com base na

Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 (IPTU), publicada no DODF Nº. 238, DE 26/12/2022, no percentual de 7,19%. Em relação à depreciação significativa no valor total dos bens imóveis, observada na comparação entre o final do ano de 2022 e o corrente exercício, mesmo com a avaliação no mencionado percentual positivo de 7,19%, se deu em virtude da discrepância do valor do terreno onde se situa a Sede deste Tribunal em comparação com o constante das pautas das leis de IPTU anteriores, esta ocorrência está sendo tratada junto aos órgãos pertinentes do Governo do Distrito Federal.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa *softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos pelo Tribunal. No SIAFI, o saldo até a presente data é de R\$ 34.447.204,13.

Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2022, constata-se um aumento aproximado de 4,06%. A amortização acumulada do período é de R\$ 1.147.886,46.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Em atenção à orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, em seu comunicado nº 2021/0019510, datado de 5/1/2021, e do Acórdão TCU 1.331/2019, alteraram-se os critérios contábeis relativos aos débitos judiciais de precatórios e RPVs. A partir de 2021, os débitos dessa natureza, apropriados no exercício anterior, são registrados nos passivos dos órgãos devedores, sensibilizando nos demonstrativos contábeis desta Corte apenas as contas de controle 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário), 89991.04.06 (RPVs a Pagar – Poder Judiciário) e 89991.04.08 (PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário). Destaca-se que até o final deste mês, considerando atualizações monetárias dos valores devidos e baixas de saldo para viabilizar pagamento de precatórios e RPVs, a conta PreCATÓRIOS a Pagar – Poder Judiciário passou de R\$ 674.806.125,47 no início do exercício corrente para R\$ 685.266.997,01; a conta RPVs a Pagar – Poder Judiciário, de R\$ 104.233.089,00 para R\$ 64.108.513,72; e a PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário, de R\$ 4.509.224,10 para R\$ 4.673.267,71.

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial (CEJU/STJ), em resposta às recomendações do TCU no Acórdão 1.331/2020, seção 5.3.1.7 item 1.12 (Processo STJ 00072/2021), informou que “as contas de preCATÓRIOS expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei 13.463/2017”. Consta do Anexo VII a relação de passivos de preCATÓRIOS registrados entre 2/7/2021 e 31/12/2021 e aqueles registrados em decorrência da LOA 2022.

PROVISÕES A CURTO PRAZO

As provisões foram constituídas no encerramento de 2022 no total de R\$ 33.278.866,03 para viabilizar o reconhecimento de despesas cujo fato gerador ocorreu naquele exercício, mas sua efetiva liquidação se deu ou dará em 2023 por intermédio de empenhos inscritos em restos a pagar não processados (RPNP). Em atenção à Macrofunção 020318, item 5.3.10.1, as contas de provisão deste grupo, serão a seguir detalhadas:

- **21791.03.00** – Provisão para RPNP decorrente de sentenças judiciais – iniciou com R\$ 180.691,99 e após reversão para pagamento dos empenhos de RPNP respectivos encontra-se com o saldo zerado.

- **21791.05.00** – Provisão para Serviços de Terceiros - R\$ 32.565.663,20 - relativo a RPNP com diversos serviços de terceiros como por exemplo: ProSer, serviços de prestação continuada como limpeza, conservação, manutenção e conservação predial, água, esgoto, energia elétrica entre outros). Destaca-se que, após a reversão acumulada para pagamento de empenhos de RPNP correspondentes, o saldo atual desta conta é R\$ 11.554.531,93.
- **21791.99.00** – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 523.737,06 – RPNP que não se enquadra nos anteriores como por exemplo: obrigações patronais, obrigações tributárias contributivas, indenizações e restituições diversas, entre outras. Destaca-se que, após a reversão acumulada para pagamento de empenhos de RPNP correspondentes, o saldo atual desta conta é R\$ 207.645,77.
- **21792.99.00** – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 8.773,78 – Idêntico ao anterior, mas para despesas intraorçamentárias.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

O Saldo de R\$ 79.343.735,84 registrado na conta 218911300 (Precatórios de Terceiros) decorre de: inscrição de R\$ 70.438.247,72 em restos a pagar processados (RPP), pendente de pagamento devido a sobrestamento judicial ainda não deliberado; e R\$ 8.905.488,12 da nota de empenho 2021NE000934 que se refere a precatórios.

NOTA 07 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 33.542,35, sendo: R\$ 13.579,23, imputados ao CPF 54x.xxx.x87-15); e R\$ 19.963,12 ao CPF 66x.xxx.x09-10.

NOTA 08 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo superavitário de R\$ 275.432.344,44 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, até a presente data, é menor que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. A diferença será equalizada no decorrer do exercício com o recebimento das cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente. Convém salientar que parte dos passivos a pagar se referem a empenhos de DEA (Despesas de Exercícios Anteriores) que são emitidos com indicação de passivo anterior e, portanto, não afetam o superávit ou déficit apurado no exercício corrente, sendo os mesmos contabilizados na conta de ajuste de exercícios anteriores que atualmente possui o saldo acumulado de - R\$ 16.197.768,96.

NOTA 09 – SALDO DO QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS

Este saldo diz respeito às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo de R\$ 25.203.258,22 está assim distribuído: R\$ 24.837.643,48 (98,55%) – Seguros-Garantia; R\$ 278.164,74 (1,1%) – Fianças; e R\$ 87.450,00 (0,35%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R\$ 412.571.845,50, estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 8.753.872,86, dos quais foram repassados R\$ 6.935.530,10. Repasses comprovados até o momento perfazem a monta de R\$ 4.417.514,44. Já o total a repassar é de R\$ 1.818.342,76, vide Anexo VI. Registre-se o cancelamento de uma TED no valor de R\$ 300.000,00 com devolução integral dos recursos transferidos.

As obrigações contratuais **em execução** atualmente alcançam o volume de R\$ 401.129.081,73 assim distribuídos: **a)** R\$ 376.487.504,69 – Serviços; **b)** R\$ 211.518,88 - Aluguéis; **c)** R\$ 24.409.497,89 - Fornecimento de Bens; e **d)** R\$20.560,27 - Seguros. Os compromissos contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 93,9% do total das obrigações assumidas pelo STJ na categoria de atos potenciais passivos.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas pelo STJ provocaram alterações no seu patrimônio, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços”, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos, entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN geralmente nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio moradia compõem praticamente o saldo deste grupo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/ Déficit do Exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/07/2023	31/07/2022	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		31.020.980,18	28.982.666,81	7,03%	1,72%
Taxas		31.020.980,18	28.982.666,81	7,03%	1,72%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		402.391,01	472.708,47	-14,88%	0,02%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		412,39	440,86	-6,46%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		1.739.106.093,27	1.238.645.839,83	40,40%	96,24%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		25.049.431,85	750,00	3339824,25%	1,39%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		14.256.965,61	99.683.274,30	-85,70%	0,79%
Reavaliação de Ativos		13.042.533,75	96.783.064,60	-86,52%	0,72%
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.209.310,24	941.492,19	28,45%	0,07%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.121,62	1.958.717,51	-99,74%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		22.204.140,40	8.164.995,03	171,94%	1,23%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	06 (p. 14)	20.199.363,97	91.055,43	22083,59%	1,12%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.004.776,43	8.073.939,60	-75,17%	0,11%
TOTAL	11 (p. 20)	1.806.990.982,86	1.375.949.925,30	31,33%	100,00%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/07/2023	31/07/2022	AH	AV
Pessoal e Encargos		531.004.984,53	508.761.136,71	4,37%	41,29%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		253.014.431,94	239.082.101,05	5,83%	19,67%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		181.894.116,98	160.080.620,20	13,63%	14,14%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		13.040,78	309,54	4112,95%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas		182.573.073,01	88.339.467,83	106,67%	14,20%
Transferências Intragovernamentais		182.352.284,22	88.003.906,89	107,21%	14,18%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		220.788,79	335.560,94	-34,20%	0,02%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		133.662.328,08	91.071.595,93	46,77%	10,39%
Reavaliação, Redução a Valor Rec. e Ajustes p/ Perdas	12 (p. 20)	53.180.280,65	5.252,78	1012321,63%	4,14%
Perdas Involuntárias		155,56	-	100,00%	0,00%
Incorporação de Passivos		78.665.778,42	89.526.529,80	-12,13%	6,12%
Desincorporação de Ativos		1.816.113,45	1.539.813,35	17,94%	0,14%
Tributárias		97.237,34	71.783,26	35,46%	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		39.032,83	32.180,48	21,29%	0,00%
Contribuições		58.204,51	39.602,78	46,97%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.789.715,34	3.207.125,64	18,17%	0,29%
TOTAL	12 (p. 20)	1.286.048.928,00	1.090.614.140,16	17,92%	100,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13 (p. 21)	520.942.054,86	285.335.785,14	82,57%	

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	31/07/2023 (R\$)	31/07/2022 (R\$)	AH
	1.806.990.982,86	1.375.949.925,30	31,33%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.020.980,18	28.982.666,81	7,03%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	402.391,01	472.708,47	-14,88%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	412,39	440,86	-6,46%
Transferências e Delegações Recebidas	1.739.106.093,27	1.238.645.839,83	40,40%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	25.049.431,85	750,00	3339824,25%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14.256.965,61	99.683.274,30	-85,70%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22.204.140,40	8.164.995,03	171,94%

“Transferências e Delegações Recebidas” – Grande variação na comparação entre os períodos de julho de 2022 e julho de 2023 se deve basicamente ao orçamento maior deste ano o que consequentemente enseja um volume maior de cotas recebidas.

“Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” – Elevado decréscimo neste item justifica-se pela reavaliação atípica pelo GDF dos Edifícios Sede STJ e Clube Social, no valor total de R\$ 96.783.064,60, efetuada em janeiro de 2022 e não repetida neste exercício.

“Outras Transferências e Delegações Recebidas” – Variação justificada, quase que na totalidade, pela transferência de diversos bens móveis da Superintendência do Patrimônio da União para este STJ no valor total de R\$ 17.861.990,85.

“Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” – Variação justificada primordialmente pela baixa de provisões constituídas ao final do exercício anterior, no valor total de R\$ 20.173.370,80, decorrente da execução de despesas inscritas em restos a pagar não processados (RPNP).

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

(-) VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS (I)	31/07/2023 (R\$)	31/07/2022 (R\$)	AH
	1.286.048.928,00	1.090.614.140,16	17,92%
Pessoal e Encargos Sociais	531.004.984,53	508.761.136,71	4,37%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	253.014.431,94	239.082.101,05	5,83%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	181.894.116,98	160.080.620,20	13,63%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13.040,78	309,54	4112,95%

Transferências e Delegações Concedidas	182.573.073,01	88.339.467,83	106,67%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	220.788,79	335.560,94	-34,20%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	133.662.328,08	91.071.595,93	46,77%
Tributárias	97.237,34	71.783,26	35,46%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.789.715,34	3.207.125,64	18,17%

“Pessoal e Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” – Este STJ, para Prestação de serviço jurisdicional e funcionamento de sua estrutura, costuma consumir entre 75 e 80% do seu orçamento anual com folha de pagamento de pessoal.

“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” – Variação significativa refere-se basicamente as seguintes situações: a) decréscimo (desvalorização) dos bens imóveis deste tribunal, no valor total de R\$42.921.135,25, após reavaliação registrada no Sistema SPIUNet com base na Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 publicada no DODF Nº. 238, DE 26/12/2022, no percentual de 7,19%. Vide explicação acima na ‘Nota 04’; e b) transferência de obrigação a pagar relativo a débitos judiciais (precatórios e RPVs), no valor total acumulado de R\$ 78.665.778,42, do órgão de origem da dívida para este Tribunal a fim de viabilizar seu pagamento.

“Transferências e Delegações Concedidas” – A variação decorre, em sua maior parte, da cota devolvida neste exercício (R\$ 129.046.028,34) ser bem maior que a devolvida em 2022 (R\$ 45.183.864,77).

NOTA 13 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

A grande redução de valor observada neste item decorre basicamente dos fatos narrados acima na Nota 11 - “Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” e Nota 12 - “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” e Transferências e Delegações Concedidas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com aquelas efetivamente realizadas, é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário no Órgão.

Receitas	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	AV
Receitas Correntes	14 (p. 25)	495.451,00	495.451,00	21.938.961,55	21.443.510,55	
Receitas Tributárias		-	-	21.714.685,75	21.714.685,75	
Receita Patrimonial		-	-	-	-	
Receitas de Serviços		13.361,00	13.361,00	10.664,27	-2.696,73	
Outras Receitas Correntes		482.090,00	482.090,00	213.611,53	-268.478,47	
Subtotal com Financiamento		495.451,00	495.451,00	21.938.961,55	21.443.510,55	
Déficit	15 (p. 25)			1.601.664.423,43	1.601.664.423,43	
TOTAL		495.451,00	495.451,00	1.623.603.384,98	1.623.107.933,98	

Despesas	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes		1.892.652.370,00	1.892.652.370,00	1.603.296.509,59	1.016.103.231,75	996.780.793,37	289.355.860,41
Pessoal e Encargos Sociais		1.408.184.455,00	1.408.184.455,00	1.238.094.721,89	815.353.531,78	799.364.986,76	170.089.733,11
Outras Despesas Correntes		484.467.915,00	484.467.915,00	365.201.787,70	200.749.699,97	197.415.806,61	119.266.127,30
Despesas de Capital		137.069.019,00	137.069.019,00	20.306.875,39	1.782.766,66	1.759.100,56	116.762.143,61
Reserva. de Contingência		-	-	-	-	-	-
TOTAL	16 (p. 25)	2.029.721.389,00	2.029.721.389,00	1.623.603.384,98	1.017.885.998,41	998.539.893,93	406.118.004,02

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

Não Processados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em 31.12.22 (B)	Liquidados (C)	Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		911.960,19	32.507.530,68	21.632.486,71	21.604.327,30	3.478.478,52	8.336.685,05
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		911.960,19	32.507.530,68	21.632.486,71	21.604.327,30	3.478.478,52	8.336.685,05
Despesas de Capital		220.335,77	13.622.063,53	9.772.424,41	9.772.424,41	149.519,03	3.920.455,86
Investimentos		220.335,77	13.622.063,53	9.772.424,41	9.772.424,41	149.519,03	3.920.455,86
TOTAL	17 (p. 27)	1.132.295,96	46.129.594,21	31.404.911,12	31.376.751,71	3.627.997,55	12.257.140,91

Processados / Não Processados Liquidados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31.12.22	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas. Correntes		84.176.446,92	15.330.979,72	16.117.923,85	-17,90	83.389.484,89
Pessoal e Encargos Sociais		949.504,17	8.526.645,71	8.054.302,14	-	1.421.847,74
Outras Despesas Correntes		83.226.942,75	6.804.334,01	8.063.621,71	17,90	81.967.637,15
Despesas de Capital		80.774,79	120.563,23	120.563,23	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	120.563,23	120.563,23	-	80.774,79
TOTAL	17 (p. 27)	84.257.221,71	15.451.542,95	16.238.487,08	17,90	83.470.259,68

NOTA 14 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas. Isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme se pode observar no Capítulo 7 - Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2023, em sua 8ª versão de 24/03/2023. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas informações por meio da mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 15 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit de arrecadação do STJ, presente no Balanço Orçamentário, decorre de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pela Corte) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual.

NOTA 16 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. O Orçamento disponibilizado ao STJ na Lei Orçamentária Anual de 2023 (Lei 14535/2023) é de R\$ 2.029.721.389,00.
2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 32 da Lei nº 14.194/2021 - LDO.
3. As movimentações externas de crédito até o momento são enquadradas como destaques recebidos, em sua maioria para pagamento de precatórios e RPVs, e como destaques concedidos a outros órgãos, na sua maior parte em virtude da ocupação de parte das dependências do CJF pela ENFAM e de parte dos imóveis funcionais do Senado por ministros do STJ. Ambas somam, respectivamente, R\$ 529.902.391,53 e R\$ 1.218.270,63. Houve provisões concedidas para Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no valor total de R\$ 13.938.419,00.
4. Até a presente data, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.
5. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2023.
6. Em atenção à Macrofunção STN n. 021142, itens 8.3.2 e 8.3.2.2, são registradas mensalmente na conta Despesa com Pessoal a Executar – RGF as despesas de pessoal não executadas orçamentariamente no mês de competência devido, tendo como base as informações constantes dos Relatórios de Gestão Fiscal quadrimestrais, perfazendo o saldo atual de R\$ 1.259.038,66.
7. Execução orçamentária atualizada até o fim do mês ora em análise, discriminada por elemento de despesa e considerando a execução das despesas com sentenças judiciais (precatórios e RPVs) que, embora executados neste STJ, pertencem ao orçamento do Ministério da Fazenda:

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	289.418.333,00	209.272.258,23
PENSOES	53.533.000,00	39.842.994,16
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	6.000.000,00	4.324.416,68
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.920.000,00	4.040.158,19
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	658.990.000,00	401.487.145,25
OBRIGACOES PATRONAIS	132.500.000,00	68.073.887,33
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	820.000,00	526.703,47
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000.000,00	3.823.577,12
MATERIAL DE CONSUMO	9.080.212,89	4.261.815,46
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	161,07	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.938.720,44	1.542.457,15
SERVICOS DE CONSULTORIA	1.029.490,54	297.518,72
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	816.857,54	572.930,88
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	149.205.079,26	72.761.721,06
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	94.339.188,38	61.909.261,16
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO/COMUNICACAO–PJ	56.991.853,96	14.352.087,24
AUXILIO-ALIMENTACAO	32.000.000,00	24.642.478,29
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	130.753,83	88.159,43
AUXILIO-TRANSPORTE	35.000,00	26.327,01
OBRAS E INSTALACOES	1.103.136,83	83.737,86
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.289.185,85	156.182,38
PENSOES ESPECIAIS	59.400,00	34.380,00
SENTENCAS JUDICIAIS	84.503.498,48	83.549.818,50
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.471.390,06	13.690.886,58
INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.653.122,85	3.301.585,07
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	8.775.000,00	5.223.511,19
TOTAL	1.623.603.384,98	1.017.885.998,41

NOTA 17 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2022 totalizou R\$ 47.261.890,17, dos quais cerca de 66,39% foram pagos e 7,68% cancelados. Dos empenhos pagos, destaca-se o valor de R\$ 11.672.005,13, empenho 2022NE000730, referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores do STJ.

No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados”, destaca-se:

- R\$ 1.835.303,61: Empenho 2015NE000342, ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96;
- R\$ 70.438.247,72: Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada;
- No decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar são monitorados conforme instruções nos Processos STJ 33749/2022 e 122/2023.

Foi inscrito em restos a pagar, processados e não processados, no encerramento do exercício anterior, o total de R\$ 61.581.137,16, assim distribuídos: Grupo Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 8.526.645,71); Grupo Outras Despesas Correntes (R\$ 39.311.864,69); e Grupo Investimentos (R\$ 13.742.626,76).

Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R\$ 1.132.295,96 e R\$ 84.257.221,71.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, as empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.

Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.ius.br/sites/porta/p/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>.

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam, num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias do Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

DOS INGRESSOS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/07/2023	31/07/2022
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		21.938.961,55	20.561.714,16
Vinculadas		22.008.424,62	20.604.229,44
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		22.008.424,62	20.604.229,44
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-69.463,07	-42.515,28
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.714.056.661,42	1.238.645.089,83
Resultantes da Execução Orçamentária		1.713.869.775,29	1.238.495.877,23
Cota Recebida		1.707.800.200,62	1.237.378.411,14
Repasse Recebido		5.126.128,53	535.668,50
Sub-repasse Devolvido		940.872,14	581.797,59
Independentes da Execução Orçamentária		186.886,13	149.212,60
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	18 (p. 30)	637.044.552,48	612.171.770,19
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		19.346.104,48	1.319.871,38
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		605.717.386,57	600.170.792,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		786.752,77	822.769,49

Outros Recebimentos Extraorçamentários	11.194.308,66	9.858.336,56
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	477.541.062,82	373.294.689,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	477.541.062,82	373.294.689,09
TOTAL	2.850.581.238,27	2.244.673.263,27

DOS DISPÊNDIOS			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	31/07/2023	31/07/2022
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.623.603.384,98	1.553.077.182,55
Ordinárias		1.237.661.545,56	1.234.903.707,06
Vinculadas		385.941.839,42	318.173.475,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	12 (p. 20)	177.512.143,34	87.997.319,02
Resultantes da Execução Orçamentária	12 (p. 20)	144.202.717,97	57.435.601,28
Repasse Concedido		1.218.270,63	681.406,23
Sub-repasse Concedido		13.938.419,00	14.226.806,00
Cota Devolvida	12 (p. 20)	129.046.028,34	42.527.389,05
Independentes da Execução Orçamentária		33.309.425,37	30.561.717,74
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		53.153.744,40	41.293.724,34
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17 (p. 27)	16.238.487,08	6.408.838,60
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17 (p. 27)	31.376.751,71	34.015.770,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	01 (p. 11)	698.364,73	862.527,87
Outros Pagamentos Extraorçamentários		4.840.140,88	6.587,87
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19 (p. 30)	996.311.965,55	562.305.037,36
Caixa e Equivalentes de Caixa		996.311.965,55	562.305.037,36
TOTAL		2.850.581.238,27	2.244.673.263,27

NOTA 18 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os saldos de R\$ 19.346.104,48 e R\$ 605.717.386,57, embora consignados como restos a pagar processados e restos a pagar não processados respectivamente, dizem respeito aos empenhos emitidos pelo STJ no exercício corrente e que ainda não foram pagos.

Tal informação no Balanço Financeiro como 'Ingresso Extraorçamentário' serve apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros 'INGRESSOS' e 'DISPÊNDIOS', já que este órgão ainda não recebeu a totalidade dos recursos financeiros consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA.

O saldo será equalizado no decorrer do exercício com o envio gradual, pela STN, das cotas financeiras ao STJ.

NOTA 19 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de R\$ 996.311.965,55 refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2023 corresponderá ao total da dotação atualizada para o STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual – LOA, incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em julho de 2023, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo R\$ 518.770.902,73. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 477.541.062,82, revelou um montante de R\$ 996.311.965,55.

Este valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF). Parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar.

Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		530.422.990,93	196.358.170,09
	Nota Explicativa	31/07/2023	31/07/2022
INGRESSOS	20 (p. 32)	1.747.976.684,40	1.269.887.910,04
Receita Tributária		21.714.685,75	20.287.867,08
Receita Patrimonial		-	-
Receita de Serviços		10.664,27	7.545,58
Outras Receitas Derivadas e Originárias		213.611,53	266.301,50
Outros Ingressos das Operações		1.726.037.722,85	1.249.326.195,88
Ingressos Extraorçamentários		786.752,77	822.769,49
Restituições a Pagar		341,43	-
Transferências Financeiras Recebidas		1.714.056.661,42	1.238.645.089,83
Arrecadação de Outra Unidade		11.193.967,23	9.858.336,56
DESEMBOLSOS		-1.217.553.693,47	-1.073.529.739,95
Pessoal e Demais Despesas		-960.079.342,62	-895.725.533,26
Judiciário		-631.395.375,81	-569.905.609,36

Previdência Social		-248.495.359,39	-236.036.433,08
Encargos Especiais		-80.188.607,42	-89.782.483,32
Transferências Concedidas		-74.423.701,90	-88.937.771,93
Intragovernamentais		-74.423.701,90	-88.937.771,93
Outros Desembolsos das Operações	12 (p. 20)	-183.050.648,95	-88.866.434,76
Dispêndios Extraorçamentários		-698.364,73	-862.527,87
Transferências Financeiras Concedidas		-177.512.143,34	-87.997.319,02
Demais Pagamentos		-4.840.140,88	-6.587,87
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-11.652.088,20	-7.347.821,82
	Nota Explicativa	31/07/2023	31/07/2022
DESEMBOLSOS		-11.652.088,20	-7.347.821,82
Aquisição de Ativo Não Circulante		-9.987.682,24	-4.326.154,93
Outros Desembolsos de Investimentos (aquisição de bens permanentes e benfeitorias nos imóveis do tribunal)	04 (p. 13)	-1.664.405,96	-3.021.666,89
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		518.770.902,73	189.010.348,27
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		477.541.062,82	373.294.689,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		996.311.965,55	562.305.037,36

NOTA 20 – INGRESSOS

Trata-se do registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito do Tribunal, quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I

RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	31/07/2023 (R\$)	AH
1000 – Recursos Livres da União	900.978.067,62	90,5363%
1001 – Recursos Livres da Seguridade Social	1.421.769,66	0,1429%
1027 – Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	8.994.821,74	0,9039%
1050 – Recursos Próprios Livres da UO	5.393.509,98	0,5420%
1052 - Recursos Livres da UO	1.151.310,90	0,1157%
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social	6.037.987,72	0,6067%
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	3,45	0,0000%
1444 - Demais. Aplic. Autorizadas p/ Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro, Excetuados. o Refinanciamento da Dívida Pública.	70.438.247,72	7,0781%
3050 - Recursos Livres da União (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,0744%
TOTAL	995.156.519,69	100,000%

ANEXO II

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/07/2023 (R\$)			31/12/2022 (R\$)		
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	583.418,31	583.418,31	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	95.970,90	95.970,90	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	6.416,00	6.416,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	777.484,05	777.484,05	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	148.827,90	148.827,90	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	705,00	9.029,66	26.929,86	35.254,52	-23,61%
Material Químico	11.134,00	6.148,00	4.986,00	0,00	0,00%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	2.765,00	2.786,00	49,50	70,50	-29,79%
Material para Expediente	22.128,55	81.144,54	129.427,56	188.443,55	-31,32%
Material de Processamento Dados	523.066,15	64.339,87	558.369,84	99.643,56	460,37%
Material de Acondicionamento e Embalagem	7.938,10	19.772,86	41.544,36	53.379,12	-22,17%
Material de Cama, Mesa e Banho	1.444,00	1.444,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	39.210,24	41.784,18	26.287,28	28.861,22	-8,92%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	1.029.541,71	836.093,16	380.140,78	186.692,23	103,62%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	19.950,44	19.950,44	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	198.371,35	273.874,06	393.973,37	469.476,08	-16,08%
Material para Manutenção de Bens Móveis	51.635,48	133.429,14	143.598,65	225.392,31	-36,29%

Material Elétrico e Eletrônico	798.691,97	670.208,37	1.328.908,56	1.200.424,96	10,70%
Material de Manobra e Patrulhamento	1.064,00	1.064,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Proteção e Segurança	2.641,00	2.667,22	13.889,68	13.915,90	-0,19%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	9.267,90	9.347,95	659,42	739,47	-10,83%
Material para Comunicações	8.754,00	86.985,80	1.049.987,94	1.128.219,74	-6,93%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	52.053,72	64.972,31	56.652,06	69.570,65	-18,57%
Material para Manutenção de Veículos	394.410,58	394.410,58	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	2.847,74	4.197,23	7.044,97	-40,42%
Ferramentas	427,00	499,61	8.438,91	8.511,52	-0,85%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	4.150,28	4.294,76	144,48	288,96	-50,00%
Material Bibliográfico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Para Divulgação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	4.319,52	4.319,52	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	1.952,00	1.952,00	1.921,38	1.921,38	0,00%
TOTAL	4.797.739,15	4.345.482,93	4.170.106,86	3.717.850,64	12,16%

ANEXO III

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/07/2023 (R\$)			31/12/2022 (R\$)		
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVAL.	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2022/2021
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	2.014,06	60.883,74	62.897,80	-3,20%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	0,00	436,56	4.692.679,29	4.693.115,85	-0,01%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	30.698,70	1.134,67	642.124,69	612.560,66	4,83%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	8.126,48	21.622,21	1.056.683,84	1.070.179,57	-1,26%
Armamentos	0,00	0,00	265.037,71	265.037,71	0,00%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	120,00	808.634,00	808.754,00	-0,01%
Equipamentos de Segurança	0,00	312,69	3.972.834,73	3.973.147,42	-0,01%
Equip Industrial	0,00	0,00	26.407,00	26.407,00	0,00%
Equipamentos Energéticos	11.200,00	193,03	893.796,64	882.789,67	1,25%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.567,19	60.567,19	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	265.540,00	46.702,44	13.816.521,65	13.597.684,09	1,61%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	231,90	109.563,87	109.795,77	-0,21%
Material TIC	5.516.497,00	94.652,70	27.828.766,03	22.406.921,73	24,20%
Máquinas de escritório	0,00	10.518,33	184.677,17	195.195,50	-5,39%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	36,96	111.089,93	111.126,89	-0,03%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	703.327,26	703.327,26	0,00%
Computadores*	792.000,00	0,00	3.096.653,91	2.304.653,91	34,37%

Mobiliário em Geral	49.504,41	44.829,90	7.591.152,40	7.586.477,89	0,06%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	6.835.328,00	2.788,40	7.251.161,61	418.622,01	1632,15%
Impressoras*	0,00	0,00	472.611,01	472.611,01	0,00%
Telefonia	553.047,00	0,00	1.718.495,98	1.165.448,98	47,45%
Veículos Diversos	0,00	2.218,58	250.542,89	252.761,47	-0,88%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	352.113,00	204.205,00	11.121.219,85	11.056.786,85	0,58%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	14.414.054,59	432.017,43	104.085.855,23	90.187.293,07	15,411%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Líq. Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	5.174,26
Sala da Engemil	444.844,94	65.453,77
Sala da Gráfica Digital	238.119,73	68.273,47
Sala da RCS Tecnologia	125.574,91	55.794,42
Sala da Staefa	44.141,28	9.876,88
Sala dos Estoquistas	72.643,18	21.692,55
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	31.626,89
Estúdio Fotográfico	300.139,41	97.725,70
GSI Serviços Especializados Ltda	36.880,32	4.492,25
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.738.429,00	231.026,96
Restaurante	880.796,19	218.732,71
Total	7.944.103,11	812.690,88
Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	31.463,25
Total	373.950,00	38.822,27

Em processo de Localização.	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Diversos	21.182,22	3.679,54

Termos de Cessão de Uso	Receitas (Setembro)
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	R\$ 11.193,06

Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	R\$ 106.396,59
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	R\$ 75.869,96
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	R\$ 111.925,82
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	R\$ 23.014,91
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	R\$ 102.800,93
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	R\$ 3.882,41
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	R\$ 2.914,01
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	R\$ 1.628,10
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	R\$ 73.000,00
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	R\$ 2.896,20
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019	-
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019	-
Americel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019	-
Total	R\$ 515.521,99

ANEXO V

DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	31/07/2023 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	293.243.419,99
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.175.925,39
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.407.405,18
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.728.891,47
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	77.019.251,39
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.639.055,78
Residencial - 01	9701030675008	1.410.533,28
Residencial - 02	9701030685003	1.410.533,28
Residencial - 03	9701030705004	968.000,00
Residencial - 04	9701032295008	631.770,03
Residencial - 05	9701032335000	1.673.576,05
Residencial - 06	9701034625005	1.322.749,82
Residencial - 07	9701035425000	988.930,04
Residencial - 08	9701040635009	446.206,69
Residencial - 09	9701044705001	268.064,80
Residencial - 10	9701047815002	418.718,94
Residencial - 11	9701047865000	524.153,22
Residencial - 12	9701048065007	1.673.576,05
Residencial - 13	9701048915000	292.328,78
Residencial - 14	9701050875002	911.265,38
Residencial - 15	9701050905009	1.844.787,19
Residencial - 16	9701224595000	1.962.098,12
Residencial - 17	9701335775006	1.093.302,00
TOTAL		395.054.542,87

ANEXO VI

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
ED1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	1.699.202,13	567.891,95
ED1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	3.985,90	55.660,75
ED1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	60.970,13	83.659,87
ED1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	266.666,66	533.333,34
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	842.377,85	297.622,15
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.941.191,73	0,00
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	2.101.310,40	1.821.135,70	280.174,70
TOTAL		8.753.872,86	6.935.530,10	1.818.342,76

*Valores Firmados (71221.02.01)

**Saldo Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03).

ANEXO VII

Passivos de Precatórios 3.4.2022 – 31.12.2022

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
513002	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		2.271.419,48
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia		53.254.408,49
TOTAL			55.525.827,97

Passivos de Precatórios – LOA 2022

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
513002	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	PA872/NS 28622	54.397,13
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA912/NS 28800	493.519.601,73
TOTAL			493.573.998,86

Passivos de Precatórios – LOA 2023

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
513002	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	PA870/NS 28619	286.788,09
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA871/NS 28621	151.357.738,15
TOTAL			151.644.526,24

ANEXO VIII

EXECUÇÃO DA LOA 2022

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.815.967.187,00		
SD EXEC %		PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	
PROGRAMA				
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário		1.896.519.157,00	915.313.059,61	48,26%
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		75.238,00	1.373.455,86	1825,48%
0999 - Reserva de Contingência		133.126.994,00	0,00	0,00%
FUNÇÃO				
02 – Judiciária		1.480.139.905,00	666.817.700,22	45,05%
09 - Previdência Social		416.379.252,00	248.495.359,39	59,68%
28 - Encargos Especiais		75.238,00	1.373.455,86	1825,48%
99 - Reserva de Contingência		133.126.994,00	0,00	0,00%
SUBFUNÇÃO				
061 - Ação Judiciária		468.333.205,00	105.243.479,67	22,47%
122 - Administração Geral		728.106.332,00	402.972.144,30	55,35%
128 - Formação de Recursos Humanos		15.938.419,00	5.133.056,87	32,21%
272 - Previdência do Regime Estatutário		416.379.252,00	248.495.359,39	59,68%
301 - Atenção Básica		132.623.115,00	87.155.657,04	65,72%
846 - Outros Encargos Especiais		135.214.072,00	67.686.818,20	50,06%
999 - Reserva de Contingência		133.126.994,00	0,00	0,00%
GRUPO DE DESPESA				
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.408.184.455,00	717.498.617,97	50,95%
3 - Outras Despesas		484.467.915,00	197.428.796,94	40,75%
4 – Investimentos		137.069.019,00	1.759.100,56	1,28%
9 - Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00%

FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST.	9 – RES.	TOTAL	EXECUTADO	AH
1000	400.991.110,07	146.032.735,78	953.025,12	0,00	1.561.207.070,00	647.210.189,82	41,46%
1001	930.937,74	0,00	0,00	0,00	73.843.705,00	1.325.742,86	1,80%
1027	0,00	15.869.837,33	0,00	0,00	51.639.616,00	19.655.223,40	38,06%
1050	0,00	0,00	0,00	0,00	13.361,00	0,00	0,00%
1052	0,00	0,00	0,00	0,00	482.090,00	0,00	0,00%
1056	214.818.184,04	0,00	0,00	0,00	342.535.547,00	248.495.359,39	72,55%
TOTAL	616.740.231,85	161.902.573,11	953.025,12	0,00	2.029.721.389,00	916.686.515,47	45,16%

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas a julho de 2023**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11000.

Brasília, 23 de agosto de 2023.

Vanores Ferreira da Silva Junior
CONTADOR SUBSTITUTO
CRC – 024033/O-0

Apoio Técnico

Gabriel de Araujo Sobrinho
José Jorge de Lima Neto



STJ **SUPERIOR**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA